

# PORTUGUÊS

## 7º ANO



### HABILIDADE:

**EF67LP15** – Identificar a proibição imposta ou o direito garantido, bem como as circunstâncias de sua aplicação, em artigos relativos a normas, regimentos escolares, regimentos e estatutos da sociedade civil, regulamentações para o mercado publicitário, Código de Defesa do Consumidor, Código Nacional de Trânsito, ECA, Constituição, dentre outros.



### Conteúdo das atividades:

**Atividade 1: TERMOS DE USO – TEXTOS NORMATIVOS**

**Atividade 2, 3, 6 e 7: TEXTOS NORMATIVOS/LEIS E ESTATUTOS**

**Atividade 4: TEXTO NORMATIVO – CONTEXTO DE USO**

**Atividade 5: REGIMENTO – TEXTO NORMATIVO**

# ATIVIDADES COM FOCO NO ACOMPANHAMENTO DAS APRENDIZAGENS

ESCOLA:

PROFESSOR(A):

ESTUDANTE:

TURMA:

1

O texto a seguir integra os termos de serviço da plataforma YouTube. Leia-o com atenção para responder à pergunta.

## “TERMOS DE SERVIÇO

[...]

Quem pode usar o Serviço?

Restrição de idade

Você precisa ter no mínimo 13 anos de idade para usar o Serviço; no entanto, crianças de todas as idades podem utilizar o Serviço e o YouTube Kids (se disponível na região do usuário), caso ele tenha sido ativado pelos pais ou responsável legal.

Permissão dos pais ou responsável

Se você tem menos de 18 anos, declara ter recebido a permissão dos seus pais ou do seu responsável para usar o Serviço. Peça a eles para que leiam este Contrato junto com você.

Se você é pai/mãe ou responsável legal de um usuário menor de 18 anos, ao permitir o uso do Serviço pelo seu filho, você fica sujeito aos termos deste Contrato e é responsável pelas atividades do seu filho no YouTube. Na nossa Central de Ajuda e no Family Link do Google, você encontra ferramentas e recursos para ajudar no gerenciamento da experiência da sua família no YouTube (inclusive como permitir que uma criança com menos de 13 anos use o Serviço e o YouTube Kids).

[...]

Legislação vigente

Todas as ações judiciais decorrentes ou relacionadas a estes termos ou ao Serviço serão regidas pela legislação da Califórnia, exceto com relação a suas regras sobre conflito de leis, e serão litigadas exclusivamente em tribunais estaduais ou federais do Condado de Santa Clara, Califórnia, EUA. Você e o YouTube autorizam a jurisdição pessoal desses tribunais.

*Em vigor a partir de 5 de janeiro de 2022”*

(Fonte: Youtube. Termos de serviço. Disponível em: [www.youtube.com/static?gl=BR&template=terms&hl=pt](https://www.youtube.com/static?gl=BR&template=terms&hl=pt). Acesso em: 3 mar. 2022.)

A respeito dos termos de serviço do *YouTube*, é incorreto determinar que:

- a) as crianças podem acessar o serviço somente mediante autorização dos pais ou responsáveis.
- b) caso haja alguma disputa jurídica, deve ser resolvida fora do Brasil.
- c) as pessoas maiores de 18 anos podem utilizar o serviço sem precisar de autorização.
- d) apenas as pessoas maiores de 13 anos de idade podem acessar o serviço.
- e) o YouTube fornece recursos para ajudar os pais e responsáveis a gerenciarem a experiência dos filhos.

# ATIVIDADES COM FOCO NO ACOMPANHAMENTO DAS APRENDIZAGENS

ESCOLA:

PROFESSOR(A):

ESTUDANTE:

TURMA:

2

A seguir, você lerá um trecho da lei que dispõe sobre o uso da Internet no Brasil. Leia-o para responder à questão.

“LEI Nº 12.965, DE 23 DE ABRIL DE 2014

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil e determina as diretrizes para atuação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em relação à matéria.

[...]

Seção II

Da Proteção aos Registros, aos Dados Pessoais e às Comunicações Privadas

Art. 10. A guarda e a disponibilização dos registros de conexão e de acesso a aplicações de internet de que trata esta Lei, bem como de dados pessoais e do conteúdo de comunicações privadas, devem atender à preservação da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das partes direta ou indiretamente envolvidas.

[...]”

(Fonte: Brasil. Lei n. 12.965, de 23 de abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 abr. 2014. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm). Acesso em: 4 mar. 2022.)

Agora, leia as afirmações a seguir.

- I. A linguagem utilizada pela lei segue a norma-padrão da língua portuguesa.
- II. O uso do verbo “dever” no artigo 10 indica quais são as obrigações relacionadas ao que está disposto no texto.
- III. O objetivo desta lei é reprimir o uso da internet no Brasil.

Está correto o que se diz em:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) I e III.
- d) I.
- e) III.

# ATIVIDADES COM FOCO NO ACOMPANHAMENTO DAS APRENDIZAGENS

ESCOLA:

PROFESSOR(A):

ESTUDANTE:

TURMA:

3 Leia o texto a seguir para responder à pergunta.

“O VICE PRESIDENTE DA REPÚBLICA no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Disposições Gerais

[...]

Art. 2º Será considerado eleito o candidato a Presidente ou a Governador que obtiver a maioria absoluta de votos, não computados os em branco e os nulos.

§ 1º Se nenhum candidato alcançar maioria absoluta na primeira votação, far-se-á nova eleição no último domingo de outubro, concorrendo os dois candidatos mais votados, e considerando-se eleito o que obtiver a maioria dos votos válidos.

§ 2º Se, antes de realizado o segundo turno, ocorrer morte, desistência ou impedimento legal de candidato, convocar-se-á, dentre os remanescentes, o de maior votação.

§ 3º Se, na hipótese dos parágrafos anteriores, remanescer em segundo lugar mais de um candidato com a mesma votação, qualificar-se-á o mais idoso.”

(Fonte: Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei Nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9504.htm). Acesso em: 4 mar. 2022.)

O intuito da lei analisada consiste em:

- a) dispor sobre o funcionamento do Governo e seus três poderes.
- b) orientar sobre quais são as melhores maneiras de se eleger uma pessoa.
- c) dispor sobre quais são as regras para que uma pessoa seja considerada eleita para cargos de presidência e governos no país.
- d) orientar sobre os procedimentos de contagem de votos nos estados da federação.
- e) dispor sobre as regras específicas para definição das seções eleitorais.

# ATIVIDADES COM FOCO NO ACOMPANHAMENTO DAS APRENDIZAGENS

ESCOLA:

PROFESSOR(A):

ESTUDANTE:

TURMA:

4 Leia o texto a seguir para responder à questão.

## “NÃO REPRODUZIR

Sem permissão prévia por escrito por parte da Discovery, você não pode reproduzir, ou fazer com que um site considerado um terceiro apresente ou endosse quaisquer conteúdos do Site, ou ainda incorporar qualquer direito de propriedade intelectual do Site, da Discovery ou de qualquer um dos seus licenciados em outro website ou serviço.

## MARCAS REGISTRADAS

Não queremos que alguém se confunda sobre quais materiais e serviços são fornecidos pela Discovery e quais não são. Você não pode usar qualquer marca registrada ou marca de serviços que apareçam no Site sem o consentimento prévio por escrito do titular da marca.”

(Fonte: Discovery Kids Plus. TERMOS DE USO / ACORDO DE UTILIZAÇÃO. Disponível em: [www.discoverykidsplus.com.br/avisoalegal](http://www.discoverykidsplus.com.br/avisoalegal). Acesso em: 4 mar. 2022.)

A respeito do texto, é incorreto considerar que:

- a) emprega palavras como permissão e consentimento para indicar deveres e direitos da empresa e do usuário.
- b) a repetição de “não pode” indica proibições relacionadas ao uso de conteúdos e marcas da empresa.

- c) apesar da linguagem menos formal, voltada para um público mais genérico, pode ser considerado um texto normativo.
- d) apresenta punições a serem aplicadas aos infratores das leis de uso.
- e) trata de obrigações e regras que devem ser observadas pelos usuários do serviço. Gabarito: D

5 O trecho a seguir determina alguns deveres dos estudantes de uma escola. Leia-o com atenção para responder à pergunta.

“Art. 57 – São deveres do discente/estudante:

I. Conhecer e cumprir as normas do Regimento Escolar e demais padrões de comportamento e de uso de ambientes existentes na unidade escolar/empresa.”

(Fonte: Serviço Social da Indústria. Departamento Regional de Mato Grosso. Regimento escolar 2019. Disponível em: [www.sesimt.com.br/sesiescola/downloads/REGIMENTO\\_ESCOLAR\\_2019.pdf](http://www.sesimt.com.br/sesiescola/downloads/REGIMENTO_ESCOLAR_2019.pdf). Acesso em: 7 mar. 2022.)

No trecho lido, pode-se reconhecer que:

- a) o texto não é uma regra, e sim uma sugestão para que os alunos tenham melhor desempenho escolar.
- b) os verbos “conhecer” e “cumprir” expressam as normas que devem ser seguidas pelos alunos.
- c) a obrigação de fornecer as regras é da diretoria da escola.
- d) os pais devem ensinar aos alunos como se comportar no ambiente escolar.
- e) os alunos que não seguirem as regras serão punidos com suspensão.

# ATIVIDADES COM FOCO NO ACOMPANHAMENTO DAS APRENDIZAGENS

ESCOLA:

PROFESSOR(A):

ESTUDANTE:

TURMA:

6 Leia os textos a seguir e compare-os para responder à questão.

Texto 1

“LEI Nº 12.965, DE 23 DE ABRIL DE 2014

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil e determina as diretrizes para atuação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em relação à matéria.

[...]

Seção II

Da Proteção aos Registros, aos Dados Pessoais e às Comunicações Privadas

Art. 10. A guarda e a disponibilização dos registros de conexão e de acesso a aplicações de internet de que trata esta Lei, bem como de dados pessoais e do conteúdo de comunicações privadas, devem atender à preservação da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das partes direta ou indiretamente envolvidas.

[...]”

(Fonte: Brasil. Lei n. 12.965, de 23 de abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 abr. 2014. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm). Acesso em: 7 mar. 2022.)

Texto 2

“TERMOS DE SERVIÇO

[...]

Quem pode usar o Serviço?

Restrição de idade

Você precisa ter no mínimo 13 anos de idade para usar o Serviço; no entanto, crianças de todas as idades podem utilizar o Serviço e o YouTube Kids (se disponível na região do usuário), caso ele tenha sido ativado pelos pais ou responsável legal.

Permissão dos pais ou responsável

Se você tem menos de 18 anos, declara ter recebido a permissão dos seus pais ou do seu responsável para usar o Serviço. Peça a eles para que leiam este Contrato junto com você.

Se você é pai/mãe ou responsável legal de um usuário menor de 18 anos, ao permitir o uso do Serviço pelo seu filho, você fica sujeito aos termos deste Contrato e é responsável pelas atividades do seu filho no YouTube. Na nossa Central de Ajuda e no Family Link do Google, você encontra ferramentas e recursos para ajudar no gerenciamento da experiência da sua família no YouTube (inclusive como permitir que uma criança com menos de 13 anos use o Serviço e o YouTube Kids).

[...]

Legislação vigente

Todas as ações judiciais decorrentes ou relacionadas a estes termos ou ao Serviço serão regidas pela legislação da Califórnia, exceto com relação a suas regras sobre conflito de leis, e serão litigadas exclusivamente em tribunais estaduais ou federais do Condado de Santa Clara, Califórnia, EUA. Você e o YouTube autorizam a jurisdição pessoal desses tribunais.

*Em vigor a partir de 5 de janeiro de 2022”*

(Fonte: Youtube. Termos de serviço. Disponível em: [www.youtube.com/static?gl=BR&template=terms&hl=pt](https://www.youtube.com/static?gl=BR&template=terms&hl=pt). Acesso em: 7 mar. 2022.)

# ATIVIDADES COM FOCO NO ACOMPANHAMENTO DAS APRENDIZAGENS

ESCOLA:

PROFESSOR(A):

ESTUDANTE:

TURMA:

Com relação à linguagem utilizada pelos textos, pode-se dizer que:

- no texto 1, a intenção é criar um texto mais descontraído, enquanto no texto 2 a linguagem é voltada para as crianças.
- em ambos os textos se emprega um tom informal, típico dos textos normativos.
- no texto 1, por se tratar de uma lei, a linguagem é mais técnica e mais formal, enquanto no texto 2 o tom é menos técnico e a linguagem mais simplificada.
- não há semelhanças entre os dois textos, pois o texto 1 é uma lei e o texto 2 é um contrato de utilização de serviços.
- ambos os textos são escritos com linguagem técnica voltada especificamente para os especialistas das respectivas áreas de atuação.

7 O trecho a seguir foi retirado de um estatuto federal. Leia-o para responder à questão.

“Art. 64. Ao adolescente até quatorze anos de idade é assegurada bolsa de aprendizagem.

Art. 65. Ao adolescente aprendiz, maior de quatorze anos, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários.

Art. 66. Ao adolescente portador de deficiência é assegurado trabalho protegido.

Art. 67. Ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não governamental, é vedado trabalho:

I – noturno, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte;

II – perigoso, insalubre ou penoso;

III – realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social;

IV – realizado em horários e locais que não permitam a frequência à escola.

[...]”

(Fonte: Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Estatuto da Criança e do Adolescente. Câmara dos Deputados, Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. DOU, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 7 mar. 2022.)

O uso de artigos é uma característica de textos normativos, pois isso permite que o texto fique mais organizado, além de facilitar a consulta. No trecho lido, são apresentados, em cada um dos artigos e respectivos incisos:

- os direitos garantidos para o adolescente que trabalha, bem como os tipos de trabalho que não podem ser realizados pelos adolescentes.
- os direitos e deveres do adolescente aprendiz durante o período em que realiza um trabalho.
- os deveres do empregador com relação à remuneração dos empregados.
- os deveres do aprendiz com relação ao empregador que assegura seu salário.
- impedimentos para o trabalho do adolescente, que só poderá trabalhar após os dezoito anos de idade.